

O “show” vai continuar

Lamenta o senador Jefferson Peres (PDT-AM) que a subcomissão da CPI do Judiciário, da qual é vice-presidente, esteja “moribunda” e que os depoimentos por ela tomados até agora tenham sido “inócuos” para o aprofundamento das investigações sobre a fraude na construção da nova sede do TRT de São Paulo. Rebate o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que essa é uma avaliação “pessimista”. Ambos têm parcela de razão, embora não pelos motivos aparentes.

Em termos substantivos, a subcomissão pode ou não estar agonizante, dependendo da decisão da Mesa do Senado sobre o destino dos pedidos de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal de autoridades do governo e da Justiça do Trabalho, cujo mérito é matéria controversa, seja no que diz respeito ao poder de uma subcomissão parlamentar de ter acesso a tais informações confidenciais, seja quanto à própria procedência da demanda. Afinal, a CPI do Judiciário, dentro de suas inquestionáveis atribuições, levantou todos os dados necessários para desvendar a fraude no Fórum Trabalhista, o que permitiu a devida identificação dos envolvidos e a apuração dos valores desviados. Além disso, por iniciativa própria, o ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge entregou à subcomissão extratos de

susas ligações telefônicas, movimentações financeiras e declarações de imposto de renda.

Mas o senador Jefferson Peres está certo ao falar em inocuidade. “Inócuos”, sem sombra de dúvida, foram os esforços da oposição para arrancar de cada um e de todos os depoentes elementos capazes de dar algum alento à versão – politicamente conveniente para ela, embora desde sempre inverossí-

mil – de que o Planalto teria ajudado de alguma forma o juiz Nicolau dos Santos Neto e os seus comparsas a se appropriarem de R\$ 169,5 milhões destinados às obras do Fórum Trabalhista. O malogro da oposição em seus esforços para comprovar as suspeitas – às vezes leves, às vezes “pesadas”, do procurador Luiz Francisco de Souza e da imprensa que ele usou para provocar “clamor público” – de que Eduardo Jorge estaria mancomunado com o juiz Lalau no assalto ao Erário não é, porém, sinônimo de fracasso da subcomissão.

Os senadores efetivamente preocupados com a busca da verdade e o público que teve a oportunidade de acompanhar pela TV os “melhores momentos” da atividade desse organismo – os depoimentos do próprio Eduar-

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

do Jorge, dos membros do Ministério Público que trabalham no caso e, enfim, do ministro do Planejamento, Martus Tavares – puderam distinguir, com luminosa nitidez, entre afirmações objetivas e esclarecedoras, de um lado, e o enunciado de suspeitas de escassa consistência, de outro, sem falar na patética confissão do procurador federal Luiz Francisco de Souza, de que “fala demais”.

Todos puderam também tirar as óbvias conclusões sobre a seriedade, a competência e os compromissos éticos dos políticos oposicionistas, ao assistir às cenas de histrionismo malicioso, divagações fosfóricas e agressões estúpidas, protagonizadas pelos senadores Pedro Simon e Roberto Requião. Este último, por sinal, desceu ao seu ponto talvez mais baixo ao investir, com a grosseria habitual, contra o ex-secretário da Presidência, baseando-se numa reportagem que seria desmentida no dia seguinte, em matéria de primeira página, pelo jornal que a divulgara.

Mas, como era de se esperar, mesmo depois que o depoimento de Eduardo Jorge deitou por terra as acusações lançadas contra ele, a oposição não se deu por vencida. Tam-

pouco o “depoimento definitivo” do ministro Tavares, como o qualificou editorial do Estado de quinta-feira, desestimulou os opositores a continuar cavoucando em terra estéril. Eles arrolaram, para futuras inquirições, os nomes de 16 pessoas ligadas a Eduardo Jorge, entre as quais três de seus irmãos. A subcomissão da CPI do Judiciário decidiu remeter para a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado a tarefa de ouvir essas pessoas.

**A oposição
não se
conforma que
a CPI não
tenha feito o
que ela queria**

Nesse clima próximo da farra, um senador do PFL acrescentou o nome da deputada Marta Suplicy, porque ela também assinou a famosa emenda da bancada paulista pedindo mais recursos para o Fórum Trabalhista. O PT retrucou pedindo a convocação dos deputados Delfim Netto e Robson Tuma, pelo mesmo motivo. Daí por que o senador Antonio Carlos Magalhães tem razão, involuntariamente, ao dizer que a oposição está pessimista: ela poderá continuar com o seu show, enquanto o Congresso, o governo, a opinião pública e o País estarão cuidando de outras coisas.